No. 48450*

Spain
and
Portugal

Agreement between the Republic of Portugal and the Kingdom of Spain on access to information in civil and commercial registration matters. Zamora, 22 January 2009

Entry into force: *17 February 2011 by notification*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Spain, 16 March 2011*

No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.

Espagne
et
Portugal

Accord entre la République du Portugal et le Royaume d'Espagne relatif à l'accès à l'information en matière d'enregistrement civile et commerciale. Zamora, 22 janvier 2009

Entrée en vigueur : *17 février 2011 par notification*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Espagne, 16 mars 2011*

Numéro de volume RTNU n'a pas encore été établie pour ce dossier. Les textes réproduits ci-dessous, s'ils sont disponibles, sont les textes authentiques de l'accord/pièce jointe d'action tel que soumises pour l'enregistrement et publication au Secrétariat. Pour référence, ils ont été présentés sous forme de la pagination consécutive. Les traductions, s'ils sont inclus, ne sont pas en form finale et sont fournies uniquement à titre d'information.

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O REINO DE ESPANHA E A REPÚBLICA PORTUGUESA RELATIVO AO ACESSO A INFORMAÇÕES EM MATÉRIA DE REGISTO CIVIL E COMERCIAL

O Reino de Espanha e a República Portuguesa, doravante designados por "Partes",

Desejando manter e reforçar os laços que unem os dois Estados e estabelecer nas suas relações regras relativas ao acesso e troca de informações em matéria de registo civil e comercial, em benefício dos seus cidadãos;

Desejando igualmente simplificar a vida das pessoas através da eliminação de entraves administrativos e burocráticos na obtenção de informações relativas à área de registo civil, tais como o nascimento, casamento, divórcio ou óbito;

Tendo em vista a promoção da competitividade das empresas, a redução dos custos de contexto, a eliminação de formalidades desnecessárias e a simplificação da vida das empresas portuguesas e espanholas no mercado ibérico;

Acordam o seguinte:

Capítulo I
Disposições gerais

Artigo 1.º
(Objecto)

O presente Acordo promove a criação de condições para disponibilizar às pessoas singulares e colectivas das Partes um acesso facilitado a determinadas informações em matéria de registo civil e comercial.

Capítulo II
Registo Civil

Artigo 2.º
(Registo Civil)

1. O presente Acordo visa permitir a troca de informações para verificação de factos inscritos no registo civil de ambas as Partes quando necessário à decisão de pedidos de registo civil.

2. Para esse efeito, as autoridades competentes de ambas as Partes disponibilizarão entre si as informações solicitadas por via electrónica.

Artigo 3.º

(Transmissão de informações)

1. As autoridades competentes para a apresentação de pedidos de informação e resposta serão as autoridades das Partes com competência em matéria de registo civil.

2. A determinação das autoridades com competência em matéria de registo civil será regulada pela legislação do respectivo país e o teor das informações transmitidas será regulado pela legislação da Parte na qual o registo se encontre lavrado.

3. A autoridade requerida deverá responder atempadamente aos pedidos de informação.

4. Caso a autoridade requerida não tenha a informação pedida, ou caso essa informação não possa ser transmitida, deve informar desse facto a autoridade requerente, assim que possível.

5. A disponibilização das informações solicitadas será gratuita.

Capítulo III

Registo Comercial

Artigo 4.º

(Registo Comercial)

1. O presente Acordo visa a criação de condições que permitam o acesso por via electrónica à informação de registo comercial de ambas as Partes, por parte de pessoas singulares e colectivas das mesmas.

2. O acesso referido no número anterior deve ser igualmente disponibilizado aos serviços das autoridades com competência em matéria de registo comercial quando necessário à decisão de pedidos de registo comercial.

Artigo 5.º
("Portal Único")

1. A fim de garantir a realização dos objectivos previstos no artigo anterior, será criado um sítio Internet, em língua castelhana e portuguesa, para o acesso à informação de registo comercial de ambas as Partes.

2. As finalidades do registo comercial, os factos sujeitos a registo, os efeitos, os emolumentos, e outros aspectos conexos com o registo comercial serão regulados pela legislação da Parte na qual o registo se encontre lavrado.

3. O acesso à informação do registo comercial pelas autoridades com competência nessa matéria para decisão de pedidos de registo comercial será gratuito.

Capítulo IV
Disposições finais

Artigo 6.º
(Outras convenções internacionais)

As disposições do presente Acordo não prejudicam os direitos e obrigações decorrentes de outras convenções internacionais que vinculem as Partes, bem como instrumentos da União Europeia.

Artigo 7.º
(Solução de controvérsias)

Qualquer controvérsia relativa a interpretação ou à aplicação do presente Acordo será solucionada através de negociação, por via diplomática.

Artigo 8.º
(Revisão)

1. O presente Acordo pode ser objecto de revisão a pedido de qualquer das Partes.

2. As emendas entrarão em vigor nos termos do artigo 10.º do presente Acordo.

Artigo 9.º
(Vigência e denúncia)

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de tempo ilimitado.

2. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo mediante notificação prévia, por escrito e por via diplomática.

3. O presente Acordo cessa a sua vigência seis meses após a data da recepção da respectiva notificação.

Artigo 10.º
(Entrada em vigor)

O presente Acordo entrará em vigor trinta dias após a recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de Direito interno das Partes necessários para o efeito.

Artigo 11.º
(Registo)

A Parte em cujo território o presente Acordo for assinado submetê-lo-á para registo junto do Secretariado das Nações Unidas imediatamente após a sua entrada em vigor, nos termos do artigo 102.º da Carta das Nações Unidas, devendo, igualmente, notificar a outra Parte da conclusão deste procedimento e indicar-lhe o número de registo atribuído.

Feito em Zamora, em 22 de Janeiro de 2009, em dois originais, nas línguas espanhola e portuguesa.

Pelo Reino de Espanha	Pela República Portuguesa
O Ministro da Justiça	O Ministro da Justiça
Mariano Fernández Bermejo	Alberto Costa

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO ENTRE LA REPÚBLICA PORTUGUESA Y EL REINO DE ESPAÑA SOBRE EL ACCESO A INFORMACIÓN EN MATERIA DE REGISTRO CIVIL Y MERCANTIL

La República Portuguesa y el Reino de España, en lo sucesivo designados como "Partes",

Con el deseo de mantener y reforzar los lazos que unen a los dos Estados y establecer en sus relaciones reglas sobre el acceso e intercambio de información en materia de registro civil y mercantil, en beneficio de sus ciudadanos;

Con el deseo igualmente de simplificar la vida de las personas mediante la eliminación de las trabas administrativas y burocráticas en la obtención de información relacionada con el área de registro civil, tales como el nacimiento, matrimonio, divorcio o fallecimiento;

Teniendo en cuenta la promoción de la competitividad de las empresas, la reducción de los costes de administración, la eliminación de las formalidades innecesarias y la simplificación de la vida de las empresas portuguesas y españolas en el mercado ibérico:

Acuerdan lo siguiente:

Capítulo I
Disposiciones generales

Artículo 1.°
(Objeto)

El presente Acuerdo promueve la creación de condiciones para facilitar a las personas físicas y jurídicas el acceso a determinada información en materia de registro civil y mercantil.

Capítulo II
Registro Civil

Artículo 2.°
(Registro Civil)

1. El presente Acuerdo pretende permitir el intercambio de información para la verificación de hechos inscritos en el registro civil de ambas Partes, cuando sea necesario para la resolución de peticiones de registro civil.

2. A estos efectos, las autoridades competentes de ambas Partes se facilitarán entre sí la información solicitada por vía electrónica.

Artículo 3.°
(Transmisión de información)

1. Las autoridades competentes para la presentación de solicitudes de información y respuesta serán las autoridades de las Partes con competencia en materia de registro civil.

2. La determinación de las autoridades con competencia en materia de registro civil estará regulada por la legislación del país respectivo, y el contenido de la información transmitida estará regulado por la legislación de la Parte en la que el registro se encuentre.

3. La autoridad requerida deberá responder con prontitud a las peticiones de información.

4. En el caso de que la autoridad requerida no tenga la información solicitada, o en el caso de que esa información no pueda ser transmitida, debe informar de ese hecho a la autoridad solicitante, lo antes posible.

5. La facilitación de la información solicitada será gratuita.

Capítulo III
Registro Mercantil

Artículo 4.°
(Registro Mercantil)

1. El presente Acuerdo pretende la creación de condiciones que permitan el acceso por vía electrónica a información del registro mercantil de ambas Partes, por parte de personas físicas y jurídicas.
2. El acceso mencionado en el número anterior debe facilitarse del mismo modo a los servicios de las autoridades con competencia en materia de registro mercantil cuando sea necesario para la resolución de peticiones de registro mercantil.

Artículo 5.°
("Portal Único")

1. Con el fin de garantizar la realización de los objetivos previstos en el artículo anterior, se creará un portal de Internet, en lengua portuguesa y castellana, para el acceso a la información del registro mercantil de ambas Partes.

2. Las finalidades del registro mercantil, los hechos sujetos al registro, los efectos, los emolumentos y otros aspectos relacionados con el registro mercantil serán regulados por la legislación de la Parte en la que el registro se encuentre.

3. El acceso a la información del registro mercantil por parte de las autoridades con competencia en esa materia para la resolución de peticiones de registro mercantil será gratuito.

Capítulo IV
Disposiciones finales

Artículo 6.°
(Otros instrumentos)

Las disposiciones del presente Acuerdo no perjudican los derechos y obligaciones derivados de otros convenios internacionales que vinculen a las Partes, así como los instrumentos de la Unión Europea.

Artículo 7.°

(Solución de controversia)

Cualquier controversia relacionada con la interpretación o la aplicación del presente Acuerdo será solucionada mediante negociación, por vía diplomática.

Artículo 8.°

(Revisión)

1. El presente Acuerdo puede ser objeto de revisión a petición de cualquiera de las Partes.

2. Las enmiendas entrarán en vigor con arreglo a los términos del artículo 10.° del presente Acuerdo.

Artículo 9.°

(Vigencia y denuncia)

1. El presente Acuerdo permanecerá en vigor por un periodo de tiempo ilimitado.

2. Cualquiera de las Partes podrá, en cualquier momento, denunciar el presente Acuerdo mediante notificación previa, por escrito y por vía diplomática.

3. El presente Acuerdo cesa su vigencia seis meses después de la fecha de recepción de la respectiva notificación.

Artículo 10.°

(Entrada en vigor)

El presente Acuerdo entrará en vigor treinta días después de la recepción de la última notificación, por escrito y por vía diplomática, de que fueron cumplidos los requisitos del Derecho interno de las Partes necesarios a estos efectos.

Artículo 11.°

(Registro)

La Parte en cuyo territorio el presente Acueerdo fue firmado lo somete a registro a la Secretaría de las Naciones Unidas inmediatamente después de su entrada en vigor, con arreglo a los términos del artículo 102.° de la Carta de las Naciones Unidas, debiendo, igualmente, notificar a la otra Parte la conclusión de este procedimiento e indicarle el número de registro asignado.

En Zamora, a 22 de enero de 2009, en dos copias en lenguas portuguesa y española.

El Ministro de Justicia del Reino de España

Mariano Fernández Bermejo

El Ministro de Justicia de la República Portuguesa

Alberto Costa

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE KINGDOM OF SPAIN ON ACCESS TO INFORMATION IN THE CIVIL REGISTRY AND THE REGISTRY OF COMPANIES

The Portuguese Republic and the Kingdom of Spain, hereinafter referred to as the "Parties";

Desiring to maintain and strengthen the ties between the two countries and, within that relationship, to establish rules on access to and exchange of information held by the civil registry and the registry of companies, for the benefit of their citizens;

Desiring also to simplify people's lives of people by removing administrative and bureaucratic obstacles to their obtaining information held by the civil registry, in particular on birth, marriage, divorce or death;

Having regard to the promotion of business competitiveness, overhead reduction, the elimination of unnecessary formalities, and a simpler life for Portuguese and Spanish companies in the Iberian market:

Have agreed as follows:

CHAPTER I. GENERAL PROVISIONS

Article 1. Purpose

This Agreement promotes the creation of conditions whereby individuals and companies may have easier access to certain information held by the civil registry and the registry of companies.

CHAPTER II. CIVIL REGISTRY

Article 2. Civil registry

1. This Agreement is intended to allow the exchange of information to verify facts recorded in the civil registers of both Parties, as necessary for the resolution of civil registration requests.

2. To that end, the competent authorities of both Parties shall convey the requested information to each other electronically.

Article 3. Transmission of information

1. For purposes of submitting enquiries and requests for response, the competent authorities shall be the Parties' civil registration authorities.

2. The determination of the authorities having responsibility for civil registration shall be governed by the laws of the country concerned, and the content of the information transmitted shall be governed by the law of the Party in which the registry is located.

3. The requested authority shall respond promptly to requests for information.

4. Should the authority not have the information requested, or if that information cannot be transmitted, it shall so advise the requesting authority as soon as possible.

5. The information requested shall be provided free of charge.

CHAPTER III. REGISTRY OF COMPANIES

Article 4. Registry of companies

1. This Agreement is intended to create conditions whereby individuals and companies may have access by electronic means to information held by each Party's registry of companies.

2. The access referred in the preceding paragraph previous issue shall be provided in the same way to officials of authorities concerned with business registration when that is necessary to resolve company registration enquiries.

Article 5. Single window

1. To achieve the objectives set out in the preceding Article, a website shall be created, in Portuguese and Spanish, to provide access to information held by each Party's registry of companies.

2. The mission of the registry of companies, the information it holds, its instruments and emoluments, as well as other matters related to it, shall be governed by the law of the Party where the registry is located.

3. The competent authorities shall have free access to information held by the registry of companies for the purpose of resolving company registration enquiries.

CHAPTER IV. FINAL PROVISIONS

Article 6. Other instruments

The provisions of this Agreement shall not prejudice the rights and obligations arising from other international agreements that are binding on the Parties or from European Union instruments.

Article 7. Dispute settlement

Any disputes concerning the interpretation or application of this Agreement shall be settled by negotiation through the diplomatic channel.

Article 8. Amendment

1. This Agreement may be amended at the request of either Party.

2. Amendments shall enter into force in accordance with the terms of Article 10 of this Agreement.

Article 9. Term and termination

1. This Agreement shall remain in force for an indefinite period.

2. Either Party may terminate this Agreement at any time by notice in writing through the diplomatic channel.

3. This Agreement shall cease to have effect six months after the date of receipt of the said notice.

Article 10. Entry into force

This Agreement shall enter into force thirty days after receipt of the last notification, sent in writing through the diplomatic channel that the requirements of the Parties' domestic legislation to that effect have been complied with.

Article 11. Registration

The Party in whose territory the Agreement was signed shall, immediately after its entry into force, submit it to the United Nations Secretariat for registration in accordance with Article 102 of the United Nations Charter, and shall likewise notify the other Parties of the completion of that procedure, citing the registration number assigned.

DONE at Zamora, 22 January 2009, in duplicate in the Portuguese and Spanish languages.

The Minister of Justice of the Kingdom of Spain:

MARIANO FERNÁNDEZ BERMEJO

The Minister of Justice of the Republic of Portugal:

ALBERTO COSTA

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE ET LE ROYAUME D'ESPAGNE RELATIF À L'ACCÈS AUX INFORMATIONS EN MATIÈRE DE REGISTRES CIVIL ET COMMERCIAL

La République portugaise et le Royaume d'Espagne, ci-après dénommés « les Parties »,

Désireux d'entretenir et de renforcer les liens qui unissent les deux États et d'instaurer dans leurs relations des règles concernant l'accès et les échanges d'informations en matière de registres civil et commercial, pour le bénéfice de leurs citoyens;

Désireux également de simplifier la vie des personnes en éliminant les entraves administratives et bureaucratiques pour obtenir les informations liées à l'enregistrement de l'état civil, comme les naissances, les mariages, les divorces ou les décès.

Tenant compte de l'encouragement à la concurrence des entreprises, de la réduction des frais de gestion, de la suppression des formalités inutiles et de la simplification de la vie des entreprises portugaises et espagnoles sur le marché ibérique,

Sont convenues de ce qui suit :

CHAPITRE PREMIER. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article premier. Objet

Le présent Accord favorise l'instauration de conditions qui facilitent aux personnes physiques et morales l'accès à certaines informations en matière de registres de l'état civil et commercial.

CHAPITRE II. REGISTRE DE L'ÉTAT CIVIL

Article 2. Registre de l'état civil

1. Le présent Accord souhaite permettre les échanges d'informations pour la vérification des faits inscrits aux registres de l'état civil des deux Parties, chaque fois que cela s'avère nécessaire, en vue de répondre aux demandes concernant l'enregistrement de l'état civil.

2. À cet effet, les autorités compétentes des deux Parties se transmettront mutuellement les informations demandées par la voie électronique.

Article 3. Transmission des informations

1. Les autorités compétentes pour la soumission de demandes d'informations et pour la communication des réponses sont les autorités des Parties compétentes en matière de registres de l'état civil.

2. L'identification des autorités compétentes en matière de registres de l'état civil est régie par la législation du pays concerné et le contenu des informations transmises est régi par la législation de la Partie où se trouve le registre.

3. L'autorité requise s'engage à répondre au plus vite aux demandes d'informations.

4. Au cas où l'autorité requise ne disposerait pas des informations demandées ou si ces informations ne peuvent pas être transmises, elle doit en informer dès que possible l'autorité requérante.

5. La communication des informations demandées se fait à titre gratuit.

Article 4. Registre commercial

1. Le présent Accord vise à créer des conditions qui permettent aux personnes physiques et morales d'accéder par la voie électronique aux informations des registres commerciaux des deux Parties.

2. L'accès mentionné au paragraphe antérieur doit également être facilité pour les services des autorités ayant compétence en matière de registre commercial chaque fois que cela s'avère nécessaire pour répondre à des demandes concernant les registres commerciaux.

Article 5. Portail unique

1. Afin de garantir la réalisation des objectifs visés à l'article précédent, il sera créé un portail Internet, en langues portugaise et espagnole, permettant d'accéder aux informations des registres commerciaux des deux Parties.

2. Les finalités du registre commercial, les faits sujets à enregistrement, les effets, les rémunérations et autres aspects liés aux registres commerciaux sont régis par la législation de la Partie où se trouve le registre.

3. L'accès aux informations des registres commerciaux par les autorités ayant compétence en la matière, pour répondre aux demandes concernant lesdits registres, est gratuit.

CHAPITRE IV DISPOSITIONS FINALES

Article 6. Autres documents

Les dispositions du présent Accord ne portent pas atteinte aux droits et obligations issus d'autres accords internationaux qui unissent les Parties ni aux instruments de l'Union européenne.

Article 7. Résolution des différends

Tout litige découlant de l'interprétation ou de l'application du présent Accord sera résolu par le biais de négociations, par la voie diplomatique.

Article 8. Révision

1. Le présent Accord peut faire l'objet de révisions à la demande de l'une des Parties quelle qu'elle soit.

2. Les modifications entreront en vigueur conformément aux termes et conditions énoncés à l'article 10 du présent Accord.

Article 9. Validité et dénonciation

1. Le présent Accord restera en vigueur pendant une période illimitée.

2. Chacune des Parties, quelle qu'elle soit, pourra le dénoncer à tout moment moyennant notification écrite préalable, transmise par la voie diplomatique.

3. Le présent Accord cessera d'être valide six (6) mois après la date de la réception de ladite notification.

Article 10. Entrée en vigueur

Le présent Accord entrera en vigueur trente (30) jours après la réception de la dernière des notifications écrites, transmise par la voie diplomatique, signalant l'accomplissement des formalités légales internes respectives requises par les Parties à cet effet.

La Partie sur le territoire de laquelle le présent Accord a été signé s'engage à le présenter à l'enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies immédiatement après son entrée en vigueur, en vertu des dispositions de l'article 102 de la Charte des Nations Unies; elle s'engage en outre à informer l'autre Partie de l'achèvement de cette procédure et à lui communiquer le numéro d'enregistrement attribué.

FAIT à Zamora, le 22 janvier 2009, en deux exemplaires en langues portugaise et espagnole.

Ministre de la justice du Royaume d'Espagne
MARIANO FERNÁNDEZ BERMEJO

Ministre de la justice de la République portuguese
ALBERTO COSTA